

8

Discurso na cerimônia de posse dos novos Ministros

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 19 DE JULHO DE 1999

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado que acabam de tomar posse; Senhores Ministros; Senhores Parlamentares; Senhores familiares e convidados; Senhoras e Senhores,

Tenho a certeza de que o Governo tem se dedicado com empenho para que o nosso país possa continuar avançando. Houve avanços em várias áreas. Mas sei também que precisamos acelerar o nosso crescimento econômico, dar atenção à nossa sociedade naquilo que ela tem de mais básico, que é o bem-estar de seu povo, a começar pelo emprego. Portanto, a tarefa que vai caber ao Governo, aos que permanecem, aos que a ele se incorporam é, a partir de agora, ainda mais, eu diria, ousada, e requer empenho, energia e mais trabalho.

Mas antes mesmo de eu poder me referir a algumas das modificações e a alguns dos Ministros que se somam ao Governo, quero deixar registrada para o país uma palavra de agradecimento àqueles que prestaram relevantes serviços e que, neste momento, deixam de continuar à frente de suas Pastas.

Começo pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Ele é, talvez, dos que estão sendo substituídos, o que há mais tempo trabalha comigo, sempre com uma lealdade irreparável, com uma criatividade imensa e que foi capaz de propor uma nova filosofia para a reestruturação do Estado brasileiro, que está sendo posta em marcha nos últimos meses e continuará a ser posta em marcha ainda com mais empenho, como voltarei a mencionar em poucos instantes.

Ao Ministro Bresser, pessoalmente, sou devedor, porque quando foi necessário que se afastasse do Governo para participar mais ativamente de atividades político-partidárias, se sacrificou e se afastou. E, seja em atividades político-partidárias, seja à frente da administração, manteve um constante espírito de servir ao país e de servir àqueles que com ele trabalham na mesma direção e no mesmo partido. Mais recentemente, propôs modificações importantes na área de ciência e tecnologia. Terei a oportunidade de voltar ao tema quando me referir à tarefa que agora será cumprida por um outro ministro da minha confiança também.

Quero dizer que o Ministro Celso Lafer foi um ministro não apenas dedicado, mas também criativo. Quando se for escrever a história, com isenção, do que foram esses seis meses iniciais deste meu segundo mandato, vai-se verificar que, ao lado da tarefa que era urgente – recompor a confiança dos mercados internacionais e nacionais na nossa capacidade de seguir um rumo de estabilidade, de consolidação da vitória sobre a inflação –, houve, ao mesmo tempo, uma reorganização do Governo no que diz respeito à ênfase a ser dada a setores importantes do nosso processo produtivo. Verificar-se-á, com toda a tranquilidade, que o Ministro Celso Lafer, ao trazer a experiência que granjeou não apenas na sua vida como industrial, mas na sua vida como homem público, seja quando esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, seja no desempenho da missão que cumpriu em Genebra, na defesa dos nossos interesses na Organização Mundial do Comércio, foi capaz de perceber que as cadeias produtivas tinham que ter uma atenção nova e especial, que era necessário vincular o esforço de crescimento industrial a um processo de financiamento adequado e, sobretudo, que era importante, também, colocar mais

ênfase na empresa de médio e pequeno porte, sendo que muitas das que nós chamamos de médio porte são de médio porte em nível internacional, mas são de porte considerável em nível brasileiro. Quando forem ser verificadas as mudanças havidas no crédito, as mudanças havidas na reconstrução da indústria têxtil, da indústria de calçados e o esforço imenso que foi feito na crise da indústria automobilística de São Paulo para a manutenção do nível de emprego, verificar-se-á que o Ministro Celso Lafer foi um ministro competente.

Espero que seu afastamento, momentâneo, das funções e do Governo seja realmente momentâneo, porque não podemos perder a cooperação de homens como Bresser Pereira e Celso Lafer.

Também a agricultura brasileira tem o dever de registrar que o Ministro Francisco Turra não apenas se destacou, na medida em que foi capaz de reorganizar o processo de compras dos nossos suprimentos agrícolas, na Conab. Sob sua gestão, o Brasil colheu a maior safra da nossa história: 82 milhões de toneladas de grãos. Houve uma reorganização dos procedimentos em vários setores da agricultura brasileira. Não nos descuidamos, sobretudo, da agricultura de base familiar. E houve um entrosamento crescente entre a reforma agrária e a transformação dos assentados em produtores rurais. Tudo isto se fez sempre com a cooperação constante do Ministro Turra.

E o que disse a respeito dos outros dois Ministros que mencionei – Celso Lafer e Bresser Pereira –, devo dizer também com relação ao Ministro Francisco Turra. O Brasil não pode se dar ao luxo de desperdiçar as energias, a dedicação e a competência de homens dessa qualidade. Digo isso porque, muitas vezes, há uma certa incompreensão quando o Presidente da República busca recolocar pessoas que serviram em nível ministerial, como se fosse alguma coisa que se faz em função da pessoa. Não. Faz-se isso em função do País. O País precisa de seus melhores quadros, e o Presidente tem que se empenhar para mantê-los nas funções possíveis de acordo com as circunstâncias, momentâneas, geralmente produzidas por fatos que são sociais e políticos, mas que não dizem respeito a julgamento pessoal que o Presidente da República possa ter a respeito dos seus colaboradores.

Também gostaria de dizer que, quando modifiquei, como estou modificando, algumas secretarias de Estado – e o fazemos por uma questão de economia interna da administração pública –, não o fizemos com o propósito de diminuir o trabalho grande que tem sido feito pela Doutora Cláudia Costin, que se houve muito bem à frente da Secretaria de Administração e Patrimônio da República. Vale para ela também o mesmo conceito que acabei de expender a respeito de outros ministros.

Conversei com o Doutor Sérgio Cutolo, extensamente, a respeito de sua área antes de ele viajar para os Estados Unidos. Se digo isso é para que não se imagine que eu teria feito mudanças com o desconhecimento de um cooperador e um colaborador do porte de Cutolo, que é um técnico que dignifica o Brasil. Foi Ministro, Presidente da Caixa Econômica, Secretário de Desenvolvimento Urbano e vai seguir – ele sabe bem qual meu empenho, meu interesse – ajudando o Brasil, ajudando a continuidade desse processo que temos, de uma maneira mais adequada.

A Secretaria de Relações Institucionais esteve com o Doutor Eduardo Graeff. Os que não sabem, saibam que o Doutor Graeff foi meu aluno. Trabalhou comigo a vida inteira como meu assessor direto. Poucos, em certas épocas da minha vida, foram capazes de interpretar melhor o que eu pensava e escrever melhor do que eu como o Doutor Eduardo Graeff. Poucos, talvez, saibam que ele, como meu assessor no Congresso Nacional, é autor de partes da Constituição do Brasil. Partes da Constituição do Brasil que não necessariamente foram apresentadas ao País por mim, mas por outros senadores, outros deputados. O trabalho constante do Doutor Graeff, ao lado do Eduardo Jorge – naquele momento, os dois serviam diretamente no meu gabinete –, se traduziu em uma experiência imensa, no momento mais difícil da vida brasileira, que foi a da nossa reorganização constitucional. Uma pessoa como Eduardo Graeff, portanto, só poderia fazer o que ele vai fazer: continuar muito perto do Presidente da República, ajudando o Presidente da República a ter idéias mais claras sobre assuntos importantes e, quanto possível, ajudando o Presidente, que é um tanto gongórico no modo de escrever, mais do que no de falar, a ser mais claro e

mais direto e a ser capaz de entender também, com maior justeza, a natureza dos problemas. O Doutor Eduardo Graeff continuará, portanto, integrado à nossa equipe de trabalho.

Digo isso sem temor de que digam que o Presidente gosta sempre de conciliar. O Presidente não quer conciliar. O Presidente quer ver o País avançando e quer resgatar os valores do Brasil para o Brasil e não perdê-los por questões que, muitas vezes, são menores. Portanto, o Presidente estará sempre de braços abertos ao aproveitamento daqueles que são realmente capazes e tratando de fazer as modificações, quando necessárias, para colocá-los nas posições mais adequadas.

Dito isso, quero lhes dizer também, sem ser necessário repetir, mas repetindo o que disse sexta-feira passada, que vamos seguir no caminho de manter as nossas contas públicas equilibradas. Temos esse compromisso fundamental com o nosso povo, que é o de evitar que a inflação corra os eventuais benefícios do crescimento econômico.

Se nós vamos continuar empenhados, portanto, na aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal; se nós vamos levar adiante, como disse e repito, a reforma tributária, para desonerar o nosso sistema produtivo de impostos que é cada vez mais injusto – e nós precisamos ter recursos e, portanto, precisamos de impostos, precisamos refazer o mecanismo de obter esses recursos; se nós vamos continuar aprofundando a reforma da Previdência, de acordo com diretrizes que o Ministro já anunciou ao País e enviará ao Congresso; se nós vamos continuar também, portanto, alterando, na área trabalhista, aquilo que é necessário para que tenhamos uma maior dinâmica, dentro do princípio da responsabilidade fiscal, quero dizer também, com toda a clareza, que os Ministros que agora estou nomeando têm uma responsabilidade dobrada, como disse no início, quanto a acelerar certas questões pelas quais o país clama – e clama, efetivamente, com urgência.

O Brasil vai continuar crescendo! O Brasil vai se desenvolver! O Brasil vai ser um país que precisa – e precisa cada vez mais – ter um empenho de todos nós no bom rumo, no rumo do desenvolvimento sustentado. As tarefas são grandes e só poderão ser bem cumpridas se partirem,

primeiro, da estabilidade. Segundo, da compreensão da democracia, da compreensão do papel das leis.

Quero, agora, neste momento, ao mencionar o Ministro José Carlos Dias, fazer um agradecimento, mais especial ainda, ao Ministro Renan Calheiros. O Ministro Renan Calheiros teve a sensibilidade que era necessária – que era necessária – de, ao atuar como Ministro da Justiça, não se esquecer de que o consumidor e o cidadão devem ser o centro da nossa preocupação. E o que disse, portanto, sobre os Ministros que se afastam, sobre os Secretários que se afastam vale, com acréscimo, para o Ministro Renan Calheiros, que se empenhou ativamente na busca de uma visão de um Ministério da Justiça com esse enquadramento em um pensamento mais atualizado quanto à necessidade de ter como preocupação o cidadão, o consumidor.

Ministro José Carlos Dias, Vossa Excelência, a partir do que acabo de mencionar, terá a responsabilidade de seguir adiante nesse esforço, que já vinha sido iniciado, dentro do nosso propósito de termos unificadas as ações no combate ao narcotráfico, de estabelecer uma relação correta entre as funções constitucionais do Ministério da Justiça com as funções relativas à Secretaria Nacional Antidrogas.

Mas, mais do que isso, Vossa Excelência, como um homem que vem das lutas democráticas, como um homem que tem compromisso com os direitos humanos, terá a seu lado um Secretário Nacional de Direitos Humanos da estatura de José Gregori, que tem se desempenhado praticamente como um ministro. Vossa Excelência terá pela frente a necessidade de seguir adiante com um projeto importante sobre os nossos presídios. Recentemente, Vossa Excelência terá lido, pelo empenho que tem nas questões de direitos humanos, as críticas sobre a situação dos nossos presídios. Sabe Vossa Excelência também que foi da iniciativa do Ministro Renan Calheiros um projeto que eu apoiei e apóio, que é o do desarmamento. É um projeto que tem a ver com o que disse aqui, há pouco, sobre a missão nova do Ministério da Justiça, que é o Ministério da Cidadania. O Brasil, hoje, clama contra a violência, clama contra o uso do armamento indiscriminadamente.

Não bastassem essas tarefas, Vossa Excelência vai também ter sob seu controle uma Pasta com um papel importante, no momento em que o Congresso Nacional debate a questão central da reorganização da ordem judiciária no Brasil. Repito diante de Vossa Excelência o que disse na sexta-feira: essa matéria, assim como a reforma política, afeta os outros Poderes. É matéria, portanto, na qual o papel do Executivo Federal há de ser sempre um pouco mais de apoio do que de iniciativa propriamente dita, mas que terá de ter o acompanhamento de Vossa Excelência.

O Ministro Pratini de Moraes, ao assinar o livro de posse, me disse: “O senhor me quer num outro lugar”, porque é um homem dedicado à exportação. Mas é por isso que ele está no Ministério da Agricultura. Ele está no Ministério da Agricultura e tem como tarefa, precisamente, batalhar, ao lado do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Ministro da Fazenda e, sobretudo, do Itamaraty, para que possamos, nos acordos que estão por serem firmados, tanto no que diz respeito à Alca, ao Mercosul, à União Européia, sobretudo, para a Rodada do Milênio, para que possamos, realmente, chegar àquilo que tem que ser um objetivo nacional.

Não gostaria de chegar ao fim do meu mandato pelo Brasil sem termos, pelo menos, alcançado safras de cem milhões de toneladas de grãos para que possamos crescer com a nossa agricultura.

Sei que a tarefa de Vossa Excelência vai depender de um apoio ativo do Ministério da Fazenda, do Ministério do Desenvolvimento. Mas saiba Vossa Excelência que, pessoalmente, estarei empenhado nisso e o estarei ajudando e coordenando, com os demais ministros, esse vigor novo da nossa agricultura com o objetivo de chegar à exportação.

Quanto ao Ministro Clóvis Carvalho, não apenas devo a ele anos incessantes de dedicação, desde a elaboração do Plano Real. O Ministro Clóvis sabe o que significou fazer o Plano Real num momento em que não faltavam os céticos – porque sempre os há –, que não faltavam os conselheiros – que também sempre os há –, para dizer que melhor fosse, talvez, evitar bater de frente com um programa dessa magnitude. Era muito difícil vencer o ceticismo e responder, a cada dia, à imprensa,

que me perguntava: “E, no fim do ano, a quanto vai estar a inflação?” Hoje me perguntam: “A quanto vai estar o desemprego?”

Não faltou, entretanto, a energia ao Ministro Clóvis para entender que era preciso colocar em conjunto uma equipe de homens brilhantes e, por isso mesmo, difíceis, para que, além de terem muitas idéias, as tornassem praticáveis e cedessem uns aos outros, para que fosse possível encontrar uma diretriz que levasse à consolidação do Plano Real. Foi este Ministro que eu trouxe para a Casa Civil. Teve o desempenho que todos conhecem. Os que trabalham com ele sabem que é o desempenho de uma energia constante na busca de um objetivo. Foi este Ministro que a mim pareceu adequado para seguir adiante a tarefa que Celso Lafer havia iniciado para, efetivamente, permitir que o Brasil refaça suas cadeias produtivas. Não preciso repetir: as linhas já foram, aqui, desenhadas na gestão Celso Lafer. Acrescentei a elas o comércio exterior e a Câmara de Comércio Exterior (Camex) porque assim como na agricultura, também na indústria essas cadeias produtivas devem estar todas elas endereçadas, dada a globalização, a um esforço muito grande de coordenação para que tenham resultados práticos, objetivos, no sentido das exportações.

Se eu pedi ao Ministro José Carlos Dias que se inspirasse na ação do Ministro Renan Calheiros, no que diz respeito à luta constante pela cidadania; se eu pedi ao Ministro Pratini de Moraes que se empenhasse para que a agricultura chegasse a uma colheita de cem milhões de toneladas, vou pedir ao Ministro Clóvis que ele, que foi um dos proponentes de uma meta ambiciosa de exportação, nos faça chegar também a exportar 100 bilhões de dólares. Creio que em 2002, se estou certo disso. Que não esmoreça, para que nós alcancemos, e eu vejo pelo sorriso do Embaixador Botafogo Gonçalves que é isso mesmo. Que não esmoreça nesse caminho, porque essa será a prova dos nove do êxito desta Pasta e, por consequência, do nosso governo.

O Ministro Martus Tavares é pessoa conhecida por, praticamente, todos os parlamentares brasileiros. A ascensão à posição de Ministro do Orçamento e Gestão tem algo a ver com o que eu acabei de dizer. Martus tem a capacidade de se relacionar com os parlamentares, com

os governadores, de buscar soluções e de ser, ao mesmo tempo, inflexível na obtenção das metas. Metas que, muitas vezes, não são propostas pelo Ministério do Orçamento e Gestão, mas pelo da Fazenda. Mas que cabe ao Orçamento e Gestão deixar que o Ministro Malan seja mais sorridente, e que o Ministério do Orçamento e Gestão possa cumprir no dia-a-dia a exigência penosa de fazer com que haja um ajuste entre as aspirações legítimas, que são legítimas, e os meios disponíveis que, geralmente, são mais escassos do que o necessário.

Ao nomear o Ministro Martus Tavares para o Orçamento e Gestão, na verdade, estou não apenas reconhecendo a competência desse ilustre técnico brasileiro, como estou também salientando que foi nessa gestão do Doutor Pedro Parente e do Doutor Martus, com a ajuda decisiva do Doutor Silveira, que pudemos levar adiante um plano, que é um plano de desenvolvimento do Brasil, ao qual já me referirei, que passará a ser o centro do nosso processo orçamentário. Estou certo que ele será capaz de realizá-lo.

O Embaixador Ronaldo Sardenberg era responsável pelos Projetos Especiais: o espacial, o atômico, enfim, as questões mais delicadas de certas áreas da nossa ciência, que tinha a ver com outras matérias também. Peço, agora, que ao incumbir-se do Ministério da Ciência e Tecnologia tenha em mente, como terá, como experiente Embaixador que foi, nosso representante nas Nações Unidas, como homem que tem experiência administrativa ampla, porque foi Secretário de Assuntos Estratégicos e agora dirige os Projetos Especiais, fazer esse Ministério da Ciência e Tecnologia na linha do que o Ministro Bresser já havia definido, de uma maior identificação entre o Ministério e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Que ponha na ordem do dia, com a mesma importância que têm as questões mencionadas da exportação, da agricultura e assim por diante, o desenvolvimento tecnológico do Brasil e a sua base científica.

Aí, há certos temas que são nítidos e claros, aos quais há que se dar prioridade. E entendendo, como eu entendo, porque venho da comunidade acadêmica, a persistente vontade da comunidade acadêmica de fazer com que sejam respeitados os impulsos individuais, que são essenciais para que haja liberdade de pensamento e de criatividade cientí-

fica, que não nos percamos em uma multiplicidade de projetos que não tenham um rumo maior para o Brasil. Esses projetos implicam a Internet II, que é essencial para o nosso futuro. Implicam uma atenção muito grande às questões da biologia, sobretudo da biologia molecular, e implicam a necessidade de uma ênfase especial à pesquisa espacial, porque ela abre o futuro e tem a ver com as telecomunicações. Implica, necessariamente, a compreensão de que não haverá progresso científico em uma sociedade que não tenha progresso social. Portanto, as ciências sociais não podem ser tratadas, no Ministério da Ciência e Tecnologia – o que, aliás, nunca foram –, como a “gata borralheira”. Elas são parte essencial de uma visão nova de Brasil, que requer gente mais competente na administração pública, na ciência política, na sociologia, na economia, na psicologia, nesse conjunto de atividades. Que haja um rumo claro no Ministério, coincidente com os rumos nacionais.

Ao Ministro Fernando Bezerra vai caber uma das tarefas mais importantes e delicadas desse novo Ministério. Quando disse, sexta-feira passada, que era preciso somar o espírito criador de Celso Furtado, quando propôs a Sudene ao arrojo de Juscelino Kubitschek, que a aceitou, eu não fazia referências retóricas. Todos têm lido os jornais, as revistas, e têm visto, notadamente, o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Esse Relatório mostra o quanto nos falta fazer para caminhar no sentido de maior igualdade, no sentido de um desenvolvimento social sustentável e não só economicamente sustentável. Verão também, pelo Relatório, que a mudança de metodologia pode ser enganosa, porque pode parecer que o Brasil andou para trás. Pelo contrário, o Brasil avançou. Avançou nas várias áreas sociais.

Entretanto, é também inequívoco que precisamos avançar mais. E esse avançar mais significa uma atenção muito especial às questões sociais do país e às questões da desconcentração da renda nacional. Não tenho dúvida de que estamos nos preparando, depois da crise pela qual passamos, para uma retomada do crescimento sustentável. Mas não quero ter dúvidas também de que esse crescimento será socialmente sustentável. E para que ele seja socialmente sustentável, não apenas os Ministérios da Educação, da Saúde, do Trabalho, da Previdência, da Reforma

Agrária, da Secretaria de Assistência Social não de estar empenhados. Tenho certeza de que estarão. Tenho certeza de que, nessas áreas, como já vimos, tivemos avanços consideráveis. Basta dizer, se não erro nos números – e vou olhar para que não erre –, que, no que diz respeito à matrícula nas escolas primárias, houve um aumento de 12% em quatro anos; houve um aumento de 37% no ensino médio, de 25% no ensino superior, de 1994 a 1998. São indicadores claríssimos de um avanço em todas essas áreas e que, se compararmos com o que aconteceu entre 1980 e 1994, vamos ver que crescemos, em quatro anos, mais do que nos 14 anos anteriores. Crescemos porque houve estabilidade. Aqui não vai crítica aos meus antecessores ou aos ministros anteriores. Foi porque houve estabilidade.

É verdade que houve esses avanços, e a Secretaria de Assistência Social pode prometer – e quero que a Secretária prometa – que, no fim do meu mandato, não haverá nenhuma criança em trabalho penoso. Isso é uma vergonha para o Brasil. Nós podemos, hoje, dizer isso e fazer isso. Nós podemos continuar com um horizonte de assentamentos rurais, fazendo o que nunca foi feito neste país, que é dar atenção aos excluídos. Eu me orgulho em dizer que este governo foi o que mais atenção pôde dar – digo “pôde” para que não se venha com críticas superficiais aos que me antecederam – aos excluídos e está, efetivamente, implementando políticas nessa direção. Os indicadores, os números que dei sobre o ensino primário, mostram que queremos ter 100% das crianças nas escolas. Já temos 96%. Queremos chegar a 100%. Está havendo a expansão do ensino secundário. Estamos combatendo o trabalho forçado, o trabalho penoso das crianças, para não falar do trabalho escravo, que é vergonha inaceitável.

Estamos avançando. Temos que avançar mais. Quando se pensa em avançar nessas áreas, não podemos deixar de ver que há também uma expressão geográfica do atraso. E essa expressão geográfica indica que precisamos integrar mais o Brasil. Essa é a tarefa do Ministro Fernando Bezerra; integrar mais o Brasil significa olhar, em todos os momentos, o investimento, se esse investimento vai concentrar a renda ou vai desconcentrar a renda. Implica repensar, como eu disse, as agências de

desenvolvimento: a Sudene, a Sudam, a Agência do Centro-Oeste, pensá-las concomitantemente com o Ministério da Fazenda, com o Ministério do Desenvolvimento, com o BNDES. Utilizar os fundos constitucionais diante de diretrizes que, efetivamente, levem a essa transformação e modificá-las com uma pauta nova. Basta ler o que foi dito ontem pelo Diretor da Sudene, Doutor Aluísio Sotero, numa entrevista que deu, para ver que há condições de mudar, porque já está mudando o Nordeste. Mas precisamos mudar consistentemente para desconcentrar a renda.

E é preciso, também, ver a incorporação imensa que estamos fazendo desse novo Brasil, que é o Brasil da Amazônia e o Brasil do Centro-Oeste. E estamos fazendo-a, nunca esquecendo de olhar o meio ambiente, nunca esquecendo de ver que esse crescimento tem que ser sustentável, numa visão integrada. O Ministro Fernando vai passar a constituir parte integrante do nosso esforço de desenvolvimento. E as reuniões que terei com o Ministro da Agricultura, com o Ministro da Fazenda, com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio vão contar, também, com a presença do Ministro da Integração Nacional, porque quero a integração nacional não como um subproduto que, muitas vezes, fica à margem do curso principal das ações. Quero ver que todas as ações do Governo estarão orientadas no sentido da diminuição das desigualdades regionais, assim como estarão ligadas à diminuição das desigualdades sociais.

O Ministro Pedro Parente, a quem já elogiei, de público, nesta sala, ao nomeá-lo para o Ministério do Orçamento e Gestão, recebeu agora mais uma tarefa difícil. Vai substituir o Ministro Clóvis Carvalho, que deixa aqui a marca de um disciplinador, de um coordenador e de um animador. Tenho certeza de que o Ministro Pedro Parente possui essas qualidades. Eu o acompanho há muitos anos. Todos aqui o conhecem: tem criatividade, tem capacidade de resolver questões. Seu primeiro impulso não é dizer não. É ver como é possível dizer sim. E, naturalmente, se submete ao conjunto das vicissitudes da administração. E como vem da área econômica, também sabe medir o sim, o custo que terá e, portanto, esse sim não será nunca em detrimento dos objetivos centrais do Governo.

Mas ele tem a experiência, também, de gestão e orçamento, e, portanto, pode ser também mais uma voz a somar-se naquilo que é o grande plano de consolidação de um Brasil melhor, que é o Plano Plurianual de Investimentos, que tem que mudar de nome para que o Brasil possa avançar. O próprio nome do meu programa era Avança Brasil. E esse Avança Brasil tem que ser um avançar – repito – não só na infraestrutura, nos transportes com o Ministro Padilha, nas minas e energia com o Ministro Tourinho, nas várias áreas centrais de infraestrutura, nas telecomunicações com o Ministro Pimenta. Basta dizer do avanço que houve nessas áreas, como a telefonia.

Hoje, o custo de uma linha telefônica para o consumidor é 5% do que foi no passado. Comemoramos, aqui, recentemente, que 10 milhões de brasileiros passaram a ter telefone celular. E entre esses 10 milhões de brasileiros, as companhias começam a se orientar para as classes de mais baixa renda, porque elas também estão se beneficiando, até mesmo pelos seus trabalhos, até mesmo com o trabalho informal, da telefonia celular.

O que foi feito na área de transportes, os milagres, com a escassez de recursos, que têm sido feitos na área de transportes, tenho reiterado aqui, não preciso falar outra vez mais, mas é reconhecido na área, sobretudo das hidrovias, das ferrovias. Espero, proximamente, lá, depois de termos atravessado a ponte que liga São Paulo a Mato Grosso do Sul, chegando a Mato Grosso, que nós possamos transportar esses milhões de grãos que vão ser produzidos pela via ferroviária, como já estão fazendo pelas hidrovias. Então, nessas áreas, as coisas estão avançando consistentemente.

O PPA, o Plano Plurianual de Investimentos, vai mostrar um dos novos passos do Brasil. A integração que será necessária para que o Brasil seja, realmente, um mercado não só coeso aqui, mas integrado à América do Sul e aberto, através dos seus portos e dos mecanismos de sustentação da exportação e da importação, ao mundo. O Ministro Pedro Parente tem experiência do que é a elaboração desse processo, que refaz o Orçamento da República e vai fazer com que haja uma modificação profunda nos ministérios. Daí, algumas mudanças já nas

estruturas das secretarias, desde já, com mais energia. Não se trata de, como eu vejo, tanta gente pedir para cortar pessoal. Não. Não é cortar pessoal. É dar eficiência à máquina administrativa. Aprimorar a pessoa, tirar de onde está sobrando e colocar onde está faltando. Não se trata de uma visão mesquinha de que o funcionário pague a conta do ajuste. Não. É uma coisa mais profunda do que isso, que requer realmente um pensamento inovador, uma gestão empreendedora. Esta é a expressão de uma gestão empreendedora para, realmente, superar os entraves burocráticos. Essa é a tarefa do Ministro Pedro Parente.

Pedi ao Secretário Ovídio de Ângelis, que era o Secretário de Políticas Regionais, que me ajudasse, agora, na Secretaria de Políticas Urbanas. Tarefa complexa. Vai receber o apoio e as explicações do Doutor Cutolo, que mesmo numa outra função, que vai ocupar, será um sustentáculo dessa Secretaria. É uma Secretaria que tem de, efetivamente, preparar o Brasil para que possamos usar os recursos dos quais já dispomos. Talvez seja essa a situação mais peculiar. Não se trata de recursos em dinheiro. Muita gente pensa que basta alocar recursos em dinheiro. Não. Os recursos são disponíveis, mas a forma pela qual eles podem ser usados é que está requerendo um novo quadro legal, institucional. Essa é a tarefa que está nas mãos do Ministro Ovídio de Ângelis, e tenho a certeza de que ele saberá cumpri-la, como soube, com dedicação, com competência e com lealdade.

Por fim, tomei a decisão, ao restabelecer a Secretaria-Geral da Presidência da República, de trazer o deputado Aloysio Nunes Ferreira. A vinda do Deputado Aloysio Nunes Ferreira para cá é para fortalecer o eixo de articulação política do Governo.

O Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, me auxilia de uma maneira decisiva nesta matéria. Tem me auxiliado de uma maneira decisiva, com lealdade, com competência, com firmeza. Mas o Palácio precisa, ao mesmo tempo, de alguém que tenha a capacidade de trânsito nas distintas forças partidárias, que tem o ministro Aloysio. Que possa, aqui dentro do Palácio, articular essa ação para que, na relação com os líderes partidários, com os líderes de Governo e com a estratégia

definida por mim, pelo ministro Pimenta e por ele, nós possamos, unidos, articuladamente, tomar as decisões, que são necessárias, sobre as reformas que estão no Congresso, sobre as políticas novas, que vão ter de ser transformadas em projeto de lei e que irão ao Congresso. Elas devem ter mais velocidade, mais articulação e mais apoio. É essa a função do Ministro Aloysio Nunes Ferreira.

Não preciso me referir ao fato de que o Ministro Aloysio e eu somos conhecidos de longuíssima data. Somos conhecidos desde o exílio. Somos conhecidos de cooperação no nosso antigo partido, o PMDB. Somos conhecidos de momentos vários da nossa trajetória. E a confiança que deposito nele é uma confiança de companheiro, como a confiança que deposito no Ministro Pimenta da Veiga.

Há, portanto, aqui, um reforço nas ações políticas do Governo para que possamos chegar a bom termo no conjunto de propostas que temos.

Desculpem-me por ter, talvez, me excedido ao falar. Mas a posse é coletiva e eu não queria deixar de dizer alguma coisa sobre cada um dos que, momentaneamente, se afastaram – isso vale para todos, como daqueles que se juntam a nós.

Termino por lhes dizer, sobretudo àqueles que são membros dos partidos que aqui estão, que, nessa difícil – porque sempre é difícil – tarefa de reorganização de um ministério, os partidos que me apóiam, todos, todos tiveram a compreensão do momento. Todos, insisto. Sobretudo, os partidos cujas posições foram mais afetadas que o meu próprio partido e o PMDB. Por pequenas que sejam as mudanças, pode parecer que afetam. Foram compreensivos. Entenderam os desafios que o Presidente tinha. Entenderam também que o Presidente precisa da base partidária, não para ele, mas para o País. E quando alguém pede lealdade ao País e ao seu programa, não está pedindo que as pessoas não tenham compromissos com seus partidos. Está dizendo que os seus partidos são leais ao País, são leais ao Presidente, porque foram apoiar na votação e, portanto, são leais a um programa.

Há uma mudança, talvez, de acento, de tônica. E essa vai continuar. A mudança que vai continuar, que é a mudança de tônica, é que nós, hoje, estamos todos sentindo que o Brasil está pronto para alçar um

vôo maior. O Brasil não se compraz mais ao ver discussões menores prejudicando os projetos maiores.

Por sorte, os partidos que me apóiam tiveram essa compreensão nesse momento. Estarão em erro os que imaginarem que os dias de decisão foram dias de aflição por pressões indevidas ou mesmo devidas. Não foram. Foram dias, eu até diria, de uma compreensão respeitosa de que o Brasil precisava mudar mais depressa, exigia do Presidente certas ações. O Presidente tinha que tomá-las. Ele as tomou e espera continuar contando com o apoio da base, porque não é um apoio para mim. É um apoio para o país, para que sigamos adiante nas modificações de que o Brasil precisa.

Também peço à oposição que, ao tomar nota do que estamos fazendo, tenha a certeza de que estamos fazendo isso pelo país e que os meus ouvidos estão sempre abertos, a minha mão está sempre estendida. Só não posso aceitar – pelo menos, não é o caso daqueles que eu gostaria de ver mais próximos – o golpismo. Só não posso aceitar a vontade de desrespeitar a decisão do povo. Só não posso aceitar a utilização da infâmia como arma política. Mas a crítica da oposição aberta, como arma necessária para a política, não só posso aceitar, devo aceitar.

E, como fiz desde que fui reeleito, reitero: estou disposto a que, por meio dos meus ministros ou pessoalmente, possamos continuar discutindo este projeto do Brasil, que é o de um Brasil sem crianças no trabalho penoso, com mais gente na escola, com melhor atendimento à saúde, com mais reforma agrária, com estabilidade econômica, com honestidade e decência na vida pública, que são absolutamente necessárias. É um Brasil, portanto, que tem um projeto para si mesmo. E, se tem um projeto para si, a oposição ou é parte crítica desse projeto ou está contra o Brasil.

Muito obrigado.